

ACP ÁGUA

“Vamos cumprir”, garante Torres sobre decisão judicial

>> **Fabíola Tormes**
Redação DS

O Poder Judiciário de Mato Grosso, por meio da juíza da 4ª Vara Cível da Comarca de Tangará da Serra, Elza Yara Ribeiro Sales Sansão, deferiu parcialmente o pedido de tutela reivindicado pelo Ministério Público Pública de Obrigação de Fazer movida contra o Município de Tangará da Serra e o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (Samae). A ação foi requerida na última quarta-feira, 26, e a decisão proferida na quinta-feira, 27.

Sobre o assunto, o diretor da Autarquia, Wesley Lopes Torres, reuniu toda a imprensa na manhã desta segunda-feira, 31, ocasião em que explanou sobre os oito pontos deferidos da ação, assim como garantiu que todos eles serão cumpridos. “Houveram oito pontos dessa decisão e gostaria de dispor para que a população fique esclarecida, especialmente quanto a cobrança da água deste mês (...) Vamos cumprir o que está determinado nessa decisão”.

Torres falou sobre cada um dos pontos, entre eles a requisição de todas as fontes de abastecimento de água

potável necessárias para o atendimento da população de Tangará, item ‘b’ da decisão. “Essa é uma ação que já havia sido tomada pelo município através do Decreto 351 e 359 e agora veio reforçar”, disse, ao destacar que esta iniciativa é parte das providências tomadas para regularizar ou amenizar o abastecimento de água potável, assim como o fornecimento do bem em caminhão pipa. “Tivemos uma boa chuva na quarta-feira a noite, isso teve um pequeno reflexo no abastecimento, mas ele não está normalizado. Até ontem, [domingo], conseguimos colocar



As informações foram passadas pelo gestor durante coletiva à imprensa

água na caixa de todo mundo e o que ela pede é que no mínimo 48 ho-

ras, ou pelo sistema ou pelo pipa, a gente atenda a população. Isso é o

que já estávamos fazendo e com todo sacrifício vamos manter”.

ABASTECIMENTO

Samae cobrará somente o consumo de água e dará 25% de desconto



O desconto será dado sobre o valor do consumo de água

>> **Fabíola Tormes**
Redação DS

Um dos pontos de maior polêmica do pedido e da decisão da Ação Civil Pública de Obrigação de Fazer movida pelo Ministério Público do Estado contra o Município de Tangará da Serra e o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (Samae) está relacionada a cobrança de consumo de água durante esse período em que não houve o regular e devido abastecimento.

De acordo com o diretor da Autarquia, Wesley Lopes Torres, assim como os demais pontos da decisão, este também será cumprido. “Efetivamente, que não houve abastecimento de maneira geral, é de cinco a sete dias. Tem alguns pontos, porém, que ficaram um período bem

maior que isso. Então, a nossa interpretação, é que não podemos cobrar pelos dias que não foram abastecidos, até porque não houve registro no hidrômetro, não houve registro de abastecimento. Então faremos a leitura normal e as regiões que foram abastecidas teremos o registro e as outras não”, explicou o responsável, ao lembrar que a decisão garante ao Samae, para que tenha o mínimo de suas atividades, a cobrança da taxa mínima. “Então mesmo quem recebeu menos de 10 mil litros de água, está garantido ao Samae a cobrança da taxa mínima”. Esse valor é de apenas R\$ 19 para residências, que segundo Torres, atinge cerca de 50% da população que já paga o mínimo.

“Aplicando essa decisão, entendemos que esses 50% dos consumidores continuarão pagando a taxa mínima.

E para que a gente tenha uma equidade, resolvemos dar um desconto na fatura de água de 25% para todos, inclusive aos de taxa mínima. Vamos fazer a leitura e do que estabelecer a leitura, daremos um desconto de 25%. Lembrando que esse desconto não é para fatura inteira, que inclui taxa de esgoto, lixo e PSA, e sim somente sobre a água”. As leituras iniciarão nesta terça-feira, 1º de novembro.

OUTROS PONTOS – Além deste ponto, Torres ainda explanou durante a coletiva à imprensa nesta segunda-feira, 31, sobre os outros itens da decisão, como a apresentação dos estudos e licenças ambientais para a construção do novo reservatório de água. Segundo ele, o processo está na Secretaria de Estado de Meio Ambiente e no prazo estipulado será apresentado nos autos do processo.

Na ação pedem também para que sejam apresentados os relatórios da qualidade da água de todos os locais de captação, que, segundo Torres, serão apresentados. “Nos poços que fazem parte da nossa rede de abastecimento sempre foi feito semanalmente e na ETA [Estação de Tratamento de Água] a análise de água é feita a cada hora ou seja 24 análises por dia”, explica, ao destacar que em relação aos demais poços que estão sendo utilizados durante esse período também foram realizadas as análises. “Qualquer cidadão que tenha um poço, fonte de abastecimento, que queira fazer uma análise dessa água, pode nos procurar no Samae, que iremos fazer”.

SEPOTUBA

Adutora terá licitação emergencial lançada este ano

>> **Marcos Figueiró**
Assessoria de Imprensa

Sílvio Somavilla (PDT) esteve na última semana com o secretário de Estado de Cidades Eduardo Chiletto, que garantiu para o mês de novembro a apresentação de um projeto para a captação de água no Rio Sepotuba com rede adutora até a Estação de Tratamento de Água do Samae de Tangará da Serra, e para este ano o lançamento de um edital de licitação para a contratação emergencial de uma empresa para realizar a obra.

Segundo Chiletto, a determinação de celeridade partiu do próprio governador Pedro Taques (PSDB). “Serão 15 quilômetros de rede adutora. A obra deve ficar em torno de R\$ 8 milhões. O Governo vai aportar esses recursos”, afirmou o secretário Eduardo Chi-

letto, ao explicar que o Estado manterá contato com a Energisa para garantir a rede elétrica que permitirá o funcionamento das bombas que vão extrair a água do Rio Sepotuba.

Ao presidente da Câmara Municipal de Tangará da Serra, o secretário Chiletto garantiu que o governador pretende resolver o problema de água de Tangará da Serra pelos próximos 30 ou 40 anos. “O governador determinou a elaboração de projeto e construção de uma grande adutora do Rio Sepotuba até a ETA, determinou. (...) Nossa equipe já está levantando dados em Tangará, para no máximo início de novembro ter o projeto pronto, lançar licitação emergencial, começar uma obra que por 30, 40, 50 anos Tangará vai ficar sem problema de água. Determinação do Governo Pedro Taques”, concluiu.



Reunião aconteceu na última semana